



POR TERRA, TRABALHO, JUSTIÇA E DIGNIDADE: SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO AGRÁRIA

Solange Pereira da Silva

Docente do Curso de Serviço Social da
UFMT
E-mail: solangemagister@gmail.com

Viviani Sousa Barros

Graduanda do Curso de Serviço Social da
UFMT
E-mail: viviani_21_11@hotmail.com

Caroline Fernanda Rangel

Graduanda do Curso de Serviço Social da
UFMT
E-mail: carolrangeel@outlook.com

Resumo

O presente trabalho dedica-se a refletir criticamente sobre as experiências adquiridas durante a execução do Projeto de Extensão: Serviço Social e a Questão Agrária em Mato Grosso. O referido Projeto foi realizado no âmbito do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), vinculado à disciplina Serviço Social e a Questão Agrária em Mato Grosso. A realização deste projeto justifica-se pela observação de que há poucas discussões, e pouca produção acadêmica sobre a questão agrária no curso de Serviço Social da UFMT. As atividades do referido Projeto foram realizadas durante os meses de março a dezembro do ano de 2016 e tiveram o objetivo de proporcionar à comunidade acadêmica maior aproximação com o histórico da realidade agrário-fundiária do nosso estado, proporcionando o aprofundamento das reflexões sobre as causas e consequências do modo de ocupação e uso da terra e suas influências nas condições de vida e trabalho da população do estado.

Palavras-chave: Questão Agrária, Serviço Social, Extensão.

Resumen

Em el presente trabajo se dedica a meditar críticamente acerca de las experiencias obtenidas durante la ejecución del proyecto de extensión: servicio social y la investigación agrária em Mato Grosso. El dicho proyecto fue cumplido en el alcance del ramo de servicio social de La universidad de Mato Grosso (UFMT), adjunto al ramo servicio social y la investigación agrária em MT. La realización del proyecto se justifica por la observación de que hay pocas discusiones, bien como labaja producción académica em le ramo de servicio social de la UFMT acerca de la investigación agrária. Las actividades del dicho proyecto fueron cumplidos en los meses de marzo a diciembre del año de 2016 y tuvieron el objetivo de proporcionar a la comunidad académica mayor aproximación a la historia de la realidad agrária-fundiaria de nuestro estado, proporcionando el profundamiento de las reflexiones acerca as sus causas y consecuencias del modo de ocupación y uso de la tierra y SUS influencias em las condiciones de la vida y trabajo de la población del estado.

Palabras clave: Investigación Agrária, Servicio Social, Extensión

INTRODUÇÃO

O estado de Mato Grosso possui três biomas: Cerrado, Floresta e Pantanal que lhe confere uma imensa e singular diversidade social e biológica. Os processos de ocupação e uso das terras no estado, deflagrados pelo Estado brasileiro por intermédio das suas instituições se deram à revelia da lei, ou forjando dispositivos jurídicos, criando regras e regulamentos na reconfiguração do território, legitimando instrumentos de burla (GIRARDI, 2015, p.14).

O apoio oficial determinou a interiorização do chamado desenvolvimento materializado na abertura das estradas federais, a implantação das empresas agropecuárias ocorridas, de maneira mais contundente, entre as décadas de 1960, 1970 e 1980. Nesse período também foram elaborados projetos para empresas colonizadoras da região Sul do Brasil para concessão de terras públicas. Diferentes fluxos migratórios, promovidos pelos governos, pelas referidas empresas, além da fuga da seca e dos conflitos por terra em todo Brasil, favoreceram o afluxo de pessoas oriundas de todo o país e contribuíram para adensar o mix cultural característico do nosso estado.

As alterações na paisagem se deram em uma velocidade e profundidade proporcionais às modificações operadas nas relações sociais entre os grupos humanos habitantes e nos costumes por estes vivenciados. O campo mato-grossense é o resultado do encontro de identidades sociais que realizam cotidianamente a sua produção material e simbólica. Os grupos sociais do campo, em luta por terra e território, substantivos compostos de matrizes heterogêneas, recebem as denominações de acordo com a identidade étnico-racial, como os povos indígenas, quilombolas e ciganos; ou ainda referidas ao objeto da atividade produtiva a que se dedicam.

As instituições públicas de Ensino Superior e o Curso de Serviço Social têm a obrigação de compreender como tais alterações impactam o campo mato-grossense, produzindo conhecimentos

técnico-pedagógicos que visem a estabelecer novas relações sociais e a superação dos processos de vulnerabilização da vida dos povos e populações do campo.

Neste sentido, a disciplina “Serviço Social e a Questão Agrária em Mato Grosso” busca compreender como se deu o processo de formação e constituição de Mato Grosso e a diversidade de modos de ação desenvolvidos nas relações sócio-espaciais entre sujeitos sociais na luta pela terra. Enseja também contribuir com o processo de amadurecimento ideopolítico e teórico-metodológico das discentes acerca da compreensão da realidade agrário-fundiária no estado de Mato Grosso, considerando a perspectiva dos grupos sociais historicamente expropriados dos seus territórios. “A luta pela terra, a violência dos proprietários fundiários e a parcialidade do Estado no conflito agrário, pela criminalização da questão agrária, indicam a continuidade do processo de dilaceramento da cidadania no campo” (SANTOS, 2000, p.07).

Nesta perspectiva, o presente artigo reflete criticamente sobre as experiências adquiridas ao longo da execução do Projeto de Extensão “Serviço Social e a Questão Agrária em Mato Grosso”, executado entre março e dezembro de 2016 pelo curso de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

A motivação para realizar o referido Projeto surgiu a partir da constatação da baixa produção acadêmico-científica sobre a situação agrário-fundiária no estado de Mato Grosso e os seus desdobramentos na vida da população do campo. Considerando a relevância do nosso estado no cenário nacional no que diz respeito à quantidade e à letalidade dos conflitos por terra, esta discussão torna-se imprescindível na formação de estudantes de Serviço Social, de modo particular, mas de todas as áreas da ciência acadêmica.

O objetivo principal foi contribuir com o processo de formação do corpo discente proporcionando a aproximação da realidade agrário-fundiária do estado de Mato Grosso e refletir como o modo de ocupação e uso da terra influenciou historicamente nas condições de vida e trabalho da população do estado.

O presente texto está organizado em três partes interconectadas: a primeira parte abordará o panorama geral sobre os processos de ocupação do território mato-grossense e sobre os modos de ação dos sujeitos sociais envolvidos nesta temática; a segunda parte discorrerá sobre as atividades realizadas no projeto e a terceira apresentará os relatos de estudantes.

A CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO CAMPO MATO-GROSSENSE E OS SUJEITOS SOCIAIS QUE LUTAM POR TERRA, TRABALHO, JUSTIÇA E DIGNIDADE.

No século XX, houve campanhas oficiais com o objetivo de ocupar as áreas de baixa densidade populacional, os chamados “vazios demográficos” brasileiros, garantindo “terras sem homens para homens sem-terra”. O arroubo nacionalista da Era Getúlio Vargas (em 1937) determinou a Marcha para o Oeste. Neste novelo, envolveram-se grupos políticos estaduais, os governos civil e militar em nível federal, alguns técnicos das instituições responsáveis pela questão fundiária e representantes das empresas

nacionais e internacionais.

O tema reforma agrária no Brasil ganhou evidência a partir dos anos de 1950 e 1960 com as formações das Ligas Camponesas, organização dos sindicatos rurais e partidos políticos de esquerda. Em resposta a esses movimentos nasceu, em 1962, durante o breve governo de João Goulart, a Superintendência Regional de Política Agrária (SUPRA), cuja proposta era, de certa forma, progressista, visto que garantia a desapropriação dos grandes latifúndios sem a indenização prévia. Na lei nº 4.504, o Art. 1º “regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola” e o Artigo 2º assegurava a todos “a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei”. Com a revogação desta Lei, o regime ditatorial militar-empresarial de 1964 intencionou abortar as possibilidades concretas de reforma agrária.

O período de recessão política, imposto pelo regime militar, favoreceu a configuração de uma perspectiva bélica da integração nacional. Sob a justificativa de manter a ordem para garantir o avanço do progresso, no processo de ocupação do território brasileiro, a ação do Estado caracterizou-se pelo uso das forças armadas e de outras milícias a fim de garantir a implantação das empresas agropecuárias (SILVA, 2015, p. 51).

O fortalecimento do empresariado rural na década de 1980 repercutiu fortemente na década subsequente e a produção agropecuária avançou em todo País. Nesse período ocorreu a articulação de vários povos indígenas do Brasil e a criação da maior organização pela democratização do acesso à terra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Em respostas dos ruralistas, os conflitos se materializam nos assassinatos de pessoas dos povos e populações do campo, tais como a Chacina de Jaximu, contra o povo indígena *Yanomani*, em Roraima (1993); o Massacre de Corumbiara, contra camponeses em Rondônia (1995); a Chacina de El Dourado do Carajás, contra camponeses, no Pará (1996); “[...] e o lento e desumano genocídio dos indígenas Guarani *Kaiowá*, de Mato Grosso do Sul” (SILVA, 2015, p 69).

As organizações indígenas e o MST repuseram para a sociedade o debate sobre a identidade étnica e sobre a questão agrária vista sob a ótica camponesa e dos povos nativos.

Mato Grosso se mantém no epicentro dos conflitos agrários e ambientais em nível nacional e os anos de 2011, 2012 e 2013, período em que estiveram em pauta no Congresso Nacional alguns Projetos de Emendas Constitucionais que atingiam diretamente os povos indígenas, as populações quilombolas, as pessoas sem-terra, acampadas e as assentadas.

O apoio oficial determinou a interiorização das cadeias produtivas, a ocupação do estado de Mato Grosso e conseqüente implantação das empresas agropecuárias e ondas migratórias, ocorridas de maneira mais contundente, entre as décadas de 1960, 1970 e 1980. Além da concessão de extensas faixas de terras, dos incentivos fiscais da SUDAM e do crédito subsidiado dos bancos públicos para as empresas agropecuárias, houve o benefício da criação subsequente dos projetos privados de colonização para o incremento das cadeias produtivas com ênfase, nesta época, para a pecuária.

Foram elaborados projetos para empresas colonizadoras da região Sul do Brasil para concessão de terras públicas. A divulgação da oferta das terras era feita por rádio, televisão e jornal impresso, com promessas de que a produção seria favorecida e subsidiada pelos poderes públicos.

De modo mais intenso, no estado de Mato Grosso observa-se a transformação da terra que tinha como o seu principal uso o trabalho não explorado, transformando-se em terra de negócio cada vez mais ocupada pelo modo de produção capitalista.

O Plano de Integração Nacional previa que deveriam ser utilizados cem quilômetros em cada lado das estradas construídas para o assentamento de famílias que chegariam às regiões pelo processo de colonização oficial¹. O que efetivamente não se confirmou, sendo os projetos de assentamentos humanos empurrados para as áreas mais ermas dos recém-criados municípios do estado.

Tais projetos expressaram o caráter destas iniciativas, pois nasceram atrelados à criação e instalação de empresas agropecuárias nas regiões abertas, à revelia das formas próprias de organização social dos povos e populações locais e de uso-relação com o território recém-ocupado, submetendo-os, terra e povo, às exigências do produtivismo empresarial.

A fundação dos núcleos populacionais ocorreu nesse espaço adulterado para onde as famílias eram levadas a substituir as suas atividades econômicas pela sujeição ao sistema de trabalho do agronegócio. Assim, os projetos de colonização, os assentamentos rurais, as áreas quilombolas e até os territórios indígenas foram constituídos de terras exauridas pelo cultivo intermitente de pasto e do uso ininterrupto de agrotóxicos², com o desmatamento de enormes extensões de área para a abertura de pasto e de estradas.

Aumentaram as pressões sobre as terras e territórios a partir de meados dos anos 1980 e, conseqüentemente, os investimentos dos governos brasileiros na produção de soja aumentaram a produção das empresas agropecuárias na região Centro Oeste. Este processo fez crer que a região era “despovoada e desvalorizada”. A vegetação nativa dos três biomas existentes no estado foi sendo substituída por extensos plantios de monocultivos, sobretudo de capim, cana-de-açúcar e de soja.

Criou-se, desta forma, um contingente humano de ausências aos quais passam a caracterizar e adjetivar como sem-terra, sem-teto, desempregados, analfabetos, sem dentes, 'descamisados', 'pés-descalços', sem assistência, sem destino, sem perspectivas. Neste sentido, as organizações em luta pela terra insistiram na elaboração de estatutos, leis, decretos, que oficializassem as suas demandas e resoluções. A atitude vigilante da sociedade civil organizada conquistou direitos relativos aos territórios de uso coletivo, os quais foram inscritos na Constituição Federal Brasileira³.

As análises do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST)⁴ apontam que em decorrência da ampla articulação em torno da Assembleia Nacional Constituinte, os ruralistas passaram a atuar em três frentes complementares: o braço armado, incentivando a violência no campo; a articulação com setores aliados da mídia e a estruturação da bancada ruralista, ocupando vários cargos dos poderes legislativo e executivo das três esferas.

A batalha de liminares em favor e contra os direitos originários e constitucionais acirra os ânimos da população, expondo os grupos já vulnerabilizados aos vários tipos de agressão empreendidos pelo agronegócio e seus prepostos governamentais. Da mesma forma, o desconhecimento e a desvalorização

dos saberes e das tecnologias contidos na diversidade cultural passaram a caracterizar o tratamento dado pelos funcionários públicos aos muitos grupos humanos que afluíram para a referida região. Esta situação impede a identificação e o reconhecimento das tecnologias próprias dos povos e populações, em vista condições mais favoráveis de produção, beneficiamento e comercialização, tecnologias condizentes com as características socioculturais e até mesmo os serviços de saúde e educacionais.

A visibilidade da diversidade dos sujeitos sociais do campo influenciou na mudança de perspectiva das pessoas envolvidas, reacendendo a chama da luta por justiça social, ou seja, amadurecer sua consciência crítica e compreendendo as relações de classe presentes no campo.

Desta forma, buscando a construção de uma consciência crítica aos discentes do curso de Serviço Social da UFMT, acerca da apreensão das relações presentes no campo, a construção do projeto de extensão acerca da discussão sobre a questão agrária justifica-se a partir da observação de que há poucas discussões, além da baixa produção acadêmica no curso de Serviço Social da UFMT sobre a questão agrária, ainda que o Projeto Pedagógico do Curso, no seu Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira remeta ao conhecimento da constituição econômica, política e cultural, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica.

O projeto contou com a participação de docentes dos departamentos de Geografia, Educação, Antropologia, Economia e Saúde Coletiva que contribuíram com as suas perspectivas disciplinares e teóricas.

Foram convidadas organizações da sociedade civil organizada e órgãos governamentais, bem como profissionais cuja atuação está vinculada ao atendimento dos referidos grupos sociais. Para incluir as instituições da sociedade civil organizada articulamos a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Operação Amazônia Nativa e o Centro de Trabalho Indigenista.

Convidamos também assistentes sociais com vínculo profissional em instituições governamentais, tais como Instituto de Terras de Mato Grosso, Casa de Saúde Indígena, Centro de Referência da Saúde do Trabalhador e Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o objetivo de dar a conhecer as atribuições do Serviço Social junto aos respectivos demandatários de seus serviços.

A abertura da UFMT para os grupos historicamente vulnerabilizados teve a intenção política de que a instituição seja ocupada pelas diversas expressões culturais e que se instituísse um ambiente polissêmico, no qual os diversos sentidos atribuídos à luta pela terra fossem considerados. Assim, convidamos lideranças indígenas, quilombolas, jovens de populações tradicionais, assentadas da reforma agrária e jovens urbanas.

O resultado das diversas perspectivas epistemológicas foi um diálogo sobre a atualidade da situação agrário-fundiária do estado de Mato Grosso, considerando as diversas forças que interagem nos níveis microssocial e macrossocial.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O Projeto de Extensão, aqui apresentado, estruturou-se em sete (7) atividades: seminários, rodas de conversas e aulas de campo. Todas contaram com participação ativa de estudantes que se envolveram acadêmica ou concretamente ao tema. Nas aulas de campo, objetivamos proporcionar outras experiências, para além da intelectual, na elaboração dos conhecimentos sobre a realidade produzida nesse diálogo intercultural. As reflexões desenvolvidas na aldeia, no quilombo e na sede da ONG propiciaram o aprofundamento do diálogo, uma vez que, ao invés de apenas um representante ter o direito à fala, mais pessoas tiveram possibilidade de se expressar através da fala, bem como através de outras formas de expressão.

A primeira atividade foi a Roda de diálogos: movimento de mulheres por terra, trabalho, justiça e dignidade, realizada nos dias 19 e 20 de abril de 2016 no auditório do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), na Universidade Federal de Mato Grosso, no *Campus* de Cuiabá. Esta atividade idealizada e realizada em conjunto com missionários da CPT. O enfoque na situação das mulheres que vivem nas regiões rurais ou que tiveram aproximações com este espaço favoreceu a percepção da particularidade dos conflitos por terra sobre as famílias. Sobre isto Rocha (2012) afirma que [...] não se pode esquecer que a simbiose mulher terra-família é constitutiva da identidade feminina no campo e esta lhe impõe um paradigma para as relações sociais de gênero (ROCHA, 2012, p.130).

O evento ressaltou os seguintes temas: a construção da identidade de gênero na elaboração das políticas públicas agrárias para as mulheres, o Serviço Social na prática fundiária e agrária institucional, mulheres sem-terra e a luta contra o capital como mecanismo de superação da violência social e cotidiana, a resistência dos povos e populações do cerrado, das florestas e das águas, o sistema político-jurídico brasileiro, considerando que a estrutura agrário-fundiária é a raiz dos conflitos do campo e na cidade.

Ao final da Roda de Diálogos, foi lançado o “Caderno de Conflitos no Campo Brasil- 2015 - Mato Grosso”. Trata-se da publicação anual da CPT sobre os conflitos no campo brasileiro. A referida publicação inclui os dados de mortos e feridos referentes ao estado de Mato Grosso, que se mostram relevantes no cenário nacional.

A participação no evento ocorreu hegemonicamente pelo corpo discente do curso de Serviço Social da UFMT, participando ativamente com perguntas e com depoimentos pessoais, evidenciando a origem camponesa do nosso corpo discente.

A segunda atividade foi uma aula de campo na Aldeia do Povo Indígena Umutina, que aconteceu no dia 30 de abril de 2016, no município de Barra do Bugres. A aula de campo em uma aldeia foi de extrema importância para o corpo discente e docente do curso de Serviço Social para se aproximarem da realidade dos povos indígenas de Mato Grosso, buscando apreender os aspectos sócio-históricos da formação da Aldeia, da sua estruturação espacial, as configurações da organização política interna, as representações externas e os impactos da atual conjuntura sobre os povos indígenas.

Segundo os relatos das lideranças indígenas na Aldeia, o Povo Umutina é resultado de um agrupamento de vários povos nativos, que tiveram uma drástica redução populacional em decorrência dos

assassinatos, pelas epidemias causadas intencionalmente pelas frentes de expansão territorial, além do processo de “pacificação”, organizado pelo Marechal Cândido Rondon. Outro ponto interessante levantado durante o diálogo foi o fato de terem grande participação das mulheres em associações que debatem a questão da organização dos povos indígenas, as comunidades quilombolas e para a agricultura familiar camponesa.

As principais pautas de luta colocadas da comunidade da aldeia foram a demarcação do Território Indígena; a educação escolar específica e diferenciada; a construção de escolas de ensino básico e médio na Aldeia; a formação de professoras e professores indígenas em nível de 3º grau; a assistência social que considere as singularidades desta população; a assistência médica e hospitalar que respeite as características culturais e a formação de agentes indígenas de saúde.

A terceira atividade foi o Seminário “Saúde Indígena: um diálogo (cosmo) político”, realizado no dia 04 de agosto de 2016, com a presença de um antropólogo vinculado ao Centro de Trabalho Indigenista e de uma assistente social da Casa de Saúde Indígena. O objetivo deste Seminário foi refletir teórica e praticamente sobre a política oficial de assistência aos povos indígenas dando ênfase à temática da saúde.

O antropólogo iniciou falando sobre a sua inserção junto ao povo indígena *Enawenê Nawé* por intermédio de uma organização não governamental laica e o *modus operandi* dessa organização que favoreceu a aproximação direta na aldeia. Discorreu sobre a etnografia como metodologia de apreensão da realidade para compreender os modos de constituição da identidade indígena. Apresentou o sistema cosmológico indígena como elemento agregador das dimensões que incluem a sua compreensão sobre a integralidade da vida pela relação de interdependência dos seres terrestres, aquáticos, celestes e subterrâneos. Tais seres podem ser humanos e/ou animais que mantêm uma relação de diálogo intermitente ou de rechaço. Esta experiência foi fundamental para que ele se qualificasse como mediador entre o povo indígena *Enawenê Nawé* e as instituições da sociedade não indígena.

A assistente social refletiu sobre a atuação do Serviço Social junto aos povos indígenas, por intermédio da Casa de Saúde Indígena e, para isto, recorreu a uma retrospectiva sobre a Política de Saúde Indígena dando ênfase às atribuições técnico-operativas específicas do Serviço Social neste campo. A profissional discorreu a respeito de situações do cotidiano do atendimento e a sua atuação como mediadora entre os povos indígenas e as instituições de saúde, fazendo com que sejam respeitados os seus direitos.

A quarta atividade foi o Seminário “Indigenismo Alternativo e o Diálogo Intercultural”, cujo objetivo era refletir teórica e praticamente sobre a atuação das organizações não governamentais no apoio político-jurídico aos povos indígenas, dando ênfase à ação direta em área, além de propiciar aproximação acadêmica à realidade vivenciada por profissionais que lidam diretamente com os povos indígenas. No dia 11 de agosto de 2016, estudantes do curso de Serviço Social, economia, ciências sociais, mestrados/as em antropologia, como também estudantes do Ensino Médio participaram da atividade desenvolvida na “Operação Amazônia Nativa” (OPAN).

A OPAN é uma organização sem fins lucrativos e não governamental que foi criada em 1969 com atividades voltadas à população indígena. Sabe-se que no Brasil, desde a colonização portuguesa, a tarefa de “cuidar” dessa população era da Igreja, através dos Jesuítas que contraditoriamente os “protegiam” do

trabalho escravo, mas subalternizavam a sua cultura lhe impondo o cristianismo. Com o passar do tempo e com a “separação” da Igreja do Estado não houve políticas públicas voltadas para os indígenas e mais uma vez, “contraditoriamente”, quem se responsabilizava por eles era a sociedade civil na figura da Igreja. Isso começou a se modificar a partir das conquistas na Constituição Federal de 1988 travadas com os povos indígenas juntamente com a sociedade civil organizada. A OPAN participou ativamente junto aos povos indígenas, da discussão e na elaboração de diretrizes para estruturação das políticas de saúde, escolarização, demarcação de terras, alternativas de renda.

A quinta atividade realizada foi a aula de campo no “Quilombo do Baixio”, realizada no dia 11 de setembro de 2016, no município de Barra do Bugres. O Brasil é um dos últimos países a abolirem a escravidão, carregando desigualdades que se perpetuam até os dias atuais. Segundo Barros (1989, p.01) “a escravidão negra em Mato Grosso teve início com as atividades mineradoras, em 1719. Os negros eram trazidos, inicialmente, pelas monções fluviais e depois através do caminho terrestre”. A primeira capital mato-grossense, onde situa-se Vila Bela da Santíssima Trindade presenciou a luta pela libertação da escravidão e a constituição de várias comunidades remanescentes da escravidão, como o Quilombo do Quariteté que se tornou conhecido por ser o primeiro do estado, o mesmo, era formado por escravos fugidos, pretos livres e índios. (BARROS, 1989, p.01).

A referida atividade foi articulada com uma professora local, estudante de mestrado no Instituto de Educação da UFMT. a equipe chegou na hora do almoço e depois ocorreu uma roda de conversa abordando a construção sócio-histórica do referido Quilombo, como funciona a organização tanto externa como interna atualmente, as dificuldades colocadas para a comunidade frente a conjuntura.

Durante a execução da aula de campo, ficou perceptível a importância da aproximação do Serviço Social com as comunidades remanescentes que até hoje vêm sendo invisibilizadas e que, durante sua existência, foram arrancadas dos seus territórios por diversos mecanismos de espoliação.

A sexta atividade desenvolvida foi a Roda de diálogos “Movimento da juventude por terra, trabalho, justiça e dignidade”. Ocorreu nos dias 20 e 21 de setembro de 2016, no auditório do ICHS da UFMT. O objetivo foi compreender as questões que afligem a juventude do campo e da cidade, neste contexto de retirada de direitos. Refletimos sobre os modos de ação da juventude na atualidade brasileira facilitando o encontro de personagens do campo, jovens indígenas, assentados e da capital do estado e também jovens das ocupações de escolas com suas pautas específicas e com os seus desafios e conquistas.

O êxodo rural de jovens é uma questão preocupante para os povos do Campo, Águas e Florestas. Em virtude da falta de oportunidade no meio rural, muitas vezes os jovens migram para os grandes centros urbanos em busca de estudo e trabalho. A juventude precisa de oportunidades em seu próprio local de moradia, seja urbano ou rural para desenvolver-se. Para a juventude do campo, é necessário que haja chamadas públicas menos burocráticas, de acesso mais simples às políticas. A juventude rural tinha visibilidade nas metas do Plano Plurianual (PPA 2016-2019), com o objetivo de alcançar 80 mil jovens atendidos em políticas de Ater. No entanto, com as mudanças no campo político e econômico, causado pelo golpe de estado, são sombrias as perspectivas de continuidade das políticas para a juventude, tanto do campo quanto urbana. O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi o primeiro Ministério a ser extinto.

Assim, fazia-se urgente compreender a realidade da juventude rural e urbana na atual conjuntura, na perspectiva dos próprios sujeitos sociais populares em ação.

A última atividade realizada foi o Seminário “Terra e alimentos saudáveis: movimentos sociais populares contra os agrotóxicos” que aconteceu nos dias 30 de novembro e 01 de dezembro de 2016. Pudemos refletir sobre os impactos do agronegócio na saúde das populações do campo e da cidade e apresentou os reflexos, na saúde das pessoas e no meio ambiente, do uso de agrotóxico na produção de grãos e carnes para exportação. Foram apresentados os dados do 'Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador’, vinculado ao Instituto de Saúde Coletiva da UFMT, como também foram apresentadas as atividades de extensão do Departamento de Economia para a produção e comercialização de alimentos orgânicos.

Este evento teve palestra sobre a formação do latifúndio brasileiro para que se pudesse entender a configuração atual do latifúndio e também compreender os motivos de não se ter ocorrido uma Reforma Agrária. Também contamos com palestra sobre a configuração do capital e como este toma parte do ciclo de maior exploração da classe trabalhadora. Vimos também as características de exploração do Brasil que, para a classe trabalhadora significa ser explorada de duas formas: pela burguesia nacional e pelo imperialismo.

Abordou-se também a questão dos agrotóxicos e que impactos causam à saúde da população. O estado de Mato Grosso, por ser o celeiro da soja e do agronegócio, tem índice alto de agrotóxicos. Segundo pesquisa realizada pelo professor Pignati, essas substâncias se encontram também no leite materno das mães mato-grossenses. O palestrante, professor da saúde coletiva, explicou quais os efeitos desses venenos em ao organismo e o prejuízo disso para a natureza e diversas espécies.

RESULTADOS

Como forma de avaliar o projeto de extensão, ao seu término foi elaborado um questionário de opinião, com perguntas abertas e fechadas e enviado a e-mails a que se teve acesso do corpo discente do Serviço Social. Pode-se perceber, a partir das respostas dos/as estudantes, que estes compreenderam que o projeto foi de extrema importância para sua formação profissional já que proporcionou maior aproximação com a realidade. Isso foi evidenciado na seguinte resposta, por exemplo: “[...] leva a uma melhor reflexão sobre outras realidades das quais precisamos saber e conhecer, só assim estaremos mais preparados para lutarmos juntos [...]”.

Afirmaram, em sua maioria, que anterior aos eventos realizados pelo projeto não tinham conhecimento sobre a atuação do Serviço Social junto aos povos indígenas, quilombolas, populações tradicionais e assentados. Reconheceram, também, a importância do departamento do Serviço Social da UFMT em realizar tais projetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo refletiu sobre o Projeto de Extensão denominado “Serviço Social e a Questão Agrária em Mato Grosso”, realizado no âmbito do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), vinculado à disciplina “Serviço Social e a Questão Agrária em Mato Grosso” durante os meses de março a dezembro do ano de 2016. As atividades aconteceram com o objetivo de aproximar a comunidade acadêmica da realidade vivenciada pela população do campo e da cidade que lutam pela terra.

Este projeto de extensão se mostrou de fundamental importância, principalmente para as/os discentes de serviço social da UFMT que tiveram contato com profissionais do Serviço Social que trabalham com as temáticas desenvolvidas. As reflexões durante todas as atividades evidenciaram a ausência de políticas públicas que possam garantir o acesso e permanência digna dessas populações a terra. Essa ausência de políticas públicas dificulta tanto o trabalho do Serviço Social como a existência e permanência desses sujeitos no campo, gerando o êxodo rural, bem como a pauperização das cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Edir Pina de. Quilombos: Resistência Negra em Mato Grosso. Disponível em : <<http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/1272153.pdf>>. Acesso em: 30/04/2017.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Mato Grosso: expressão aguda da questão agrária brasileira. Disponível em: <<https://confins.revues.org/10898?lang=pt#tocfrom1n1>>. Acesso em: 30/04/2017

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. Disponível em: <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Violencia_Campo_Conflitos_Agrarios.pdf> Acesso em: 30/04/2017.

SILVA, Solange Pereira. A pedagogia do grupo casadão: fruto e semente da luta pela terra no baixo araguaia mato-grossense. Tese (Doutorado em Educação). UFMT, 2015.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo: HUCITEC, 1980.

ROCHA, Qelli Viviane Dias. Levantadas do chão: a construção da identidade de gênero no processo implementação das políticas públicas agrárias para as mulheres. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Franca, 2012.

NOTAS

¹Para o aprofundamento sobre colonização de Mato Grosso, concentração de terras e processos migratórios ver MARTINS, 1982 e 1984; IANNI, 1978,1979, 1984; FERREIRA, 1986. OLIVEIRA, 1986, 1987, 1988, 1991; CASTRO et al., 1994; 1998, MORENO, 2007; BARROZO, 2007, 2008; JOANONI NETO 2007a, 2007b e 2008, dentre outras.

²O Instituto de Saúde Coletiva da UFMT pesquisa o uso de agrotóxico de alta periculosidade no estado.

³O Capítulo 186 fala sobre os critérios da Lei referente à função social da terra.

⁴Disponível em: < <http://www.mst.org.br/especiais/23/destaque>>. Acesso em: 08 de jan. de 2007.